

CONSTRUIR A VIDA NOVA NAS CIDADES

Tempo (439)

4 Março 1979

p 16-22

Iniciou-se no dia 24 do mês passado em Maputo a 1.ª Reunião Nacional de Cidades e Bairros Comuns. Na sessão de abertura o secretário da Organização do Partido e Ministro de Estado na Presidência, Oscar Monteiro, proferiu um discurso no qual aborda as questões de maior actualidade na vida das nossas cidades e bairros.



Aspecto parcial da reunião

Iniciamos hoje os trabalhos da 1.ª Reunião Nacional sobre as Cidades e Bairros Comuns.

Ela realiza-se no momento em que a situação política se caracteriza pela agudização da luta de classes.

O nosso Povo guiado pela Frelimo alcança cada vez mais vitórias na direcção da economia, na conquista de objectivos e metas económicas, na defesa da integridade territo-

rial, no desmascaramento e desalojamento dos reaccionários infiltrados e elementos comprometidos. Estrutura-se o Partido. Desesperado, a reacção pratica acções com o objectivo de desestabilizar a nossa economia e a ordem Interna, criar descontentamento popular, levar as massas a perder a confiança que têm no seu Partido de Vanguarda e travar o processo revolucionário em curso no nosso País. Ao mesmo tempo, na fronteira, o inimigo ar-

mado pratica acções cada vez mais criminosas infiltra agentes.

A reacção não hesita em recorrer a qualquer meio por mais criminoso que seja. Nós também não hesitaremos. Reprimiremos com a máxima severidade os autores destes actos criminosos e todos os inimigos do Povo e da Revolução.

Mais que nunca devemos nos organizar para bloquear a acção da reacção, levar mais

humile, sempre mais avante o processo da Revolução.

Esta 1.^a Reunião Nacional sobre as Cidades e Bairros Comuns surge na sequência das orientações de Sua Excelência o Presidente da Frelimo e Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Malsós Machel, quando da 3.^a Sessão da Assembleia Popular. Declarou, nessa altura, o Presidente Samora Machel:

«A criação dos Conselhos Executivos de Cidade e a extinção das Câmaras Municipais não significa a eliminação dos serviços úteis à população das cidades. Significa sim, a criação de uma nova direcção estatal da cidade, a adopção de novos métodos de trabalho e da direcção.

«É indispensável que os Conselhos Executivos organizem a vida das populações das cidades, e promovam a solução dos seus problemas concretos: o saneamento, os transportes públicos, os mercados, a inventariação da população activa e os meios para combater eficazmente o desemprego, a criação de cinturões verdes em redor das cidades em que se produzam artigos hortícolas e dedicadas também à criação de pequenos animais, o estudo dos circuitos correctos de distribuição de produtos às populações, sobretudo nas zonas suburbanas, o ombeluzamento, arborização e a criação dos centros de repouso e recreio».

E no encerramento dessa Sessão referindo-se à forma como a população se deve organizar, declarou o Presidente Samora Machel:

«Pensamos que, dentro das tradições do Povo moçambicano e da experiência da Luta Popular que nos caracteriza, devemos, uma vez mais, envolver o Povo no controlo e denúncia de situações irregulares. Nós, deputados da Assembleia Popular, temos o dever de nos constituirmos em agentes dinamizadores desse processo de controlo popular. Nos nossos locais de trabalho e de residência, nas Células do Partido, nas Organizações Democráticas de Massas em que participamos, nas fábricas, nas repartições, nas cooperativas, em todos os lugares, nós temos a obrigação de explicar e mobilizar os nossos concidadãos para a prática da austeridade, para a valorização dos bens e conquistas do Povo, para a necessidade da poupança e do depósito das nossas economias em Bancos, para a limpeza das ruas dos prédios, dos lugares públicos. Mas para o sucesso destas acções é necessário, ao nível das cidades, organizarmos em Bairros Comuns. Primeira medida. Não nos conhecemos porque não vivemos organizados. Não nos conhecemos e por isso constituímos as brochas através das quais penetra o inimigo, ele se infiltra

A primeira medida, sobretudo, a nível das cidades, é constituirmos em bairros comuns para o maior controlo, denúncia, neutralização de todo o tipo de agentes».

Esta palavra de ordem reflecte ao nível das cidades o processo de organização da vida colectiva forjado e desenvolvido nas zonas libertadas e nos centros da FRELIMO durante a Luta Armada Revolucionária de Libertação Nacional.

Reflecte ainda a experiência da extensão da nova vida a todo o país após as orientações históricas do Presidente Samora Machel, no Seminário de Marupa onde foi desencadeado o processo de criação das aldeias comuns como coluna vertebral do nosso desenvolvimento no campo.

A palavra de ordem de bairros comuns constitui a generalização desta rica e decisiva experiência ao nível das cidades, generalização e desenvolvimento sistemático em todo o país das experiências já ganhas no campo, assim como, em várias cidades.

E neste sentido que o Conselho de Ministros determinou a realização da presente reunião.

Nos trabalhos preparatórios desta Reunião, participaram activamente membros da direcção máxima do Partido, das Organizações Democráticas de Massas, deputados das Assembleias, quadros do Partido e do Estado, membros dos Grupos Dinamizadores e a população urbana em geral, tendo-se realizado sessões de estudo e reuniões populares nos bairros de todas as capitais provinciais bem como das cidades de Nacala e Chokwé.

A participação popular atingida é já uma garantia do êxito desta reunião, na medida em que durante a discussão com as populações sobre os problemas das cidades e dos bairros, foram já apresentadas propostas concretas para a sua solução, e os ensinamentos que elas contêm são substanciais e decisivos para as conclusões a que aqui vamos chegar.

A este respeito, queríamos saudar com entusiasmo todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, deram as suas contribuições na fase preparatória desta Reunião.

Senhores delegados,

Minhas senhoras e senhores:

Importa agora analisar o que eram as cidades que hoje nós ocupamos, conhecer a sua origem, determinar o processo do seu desenvolvimento.

Sabemos que as cidades em Moçambique eram centros do poder colonial, locais de concentração dos colonos, bases a partir das quais se iniciava a exploração e a pilhagem

à exploração e a pilhagem coloniais. Quando falamos de base não estamos apenas a dar uma imagem literária. Perduram ainda na recordação do nosso Povo e na Geografia das nossas cidades os fortes e fortalezas, os quartéis e guarnições onde acampavam as forças de invasão e de onde partiam as campanhas de ocupação. Maputo nasce da necessidade de ocupação da zona — assim como Xai-Xai é um exemplo entre muitos — nasce como sede da guarnição militar que tinha como tarefa controlar os movimentos do Gungunhana e para a utilização do rio Limpopo como via de penetração.

A localização mesmo de uma grande parte das cidades coloniais junto da costa, reflecte as necessidades e dificuldades de uma potência que vem do exterior.

Nasce assim as cidades coloniais, construídas sobre o sangue e o saque, sobre o suor e a grilheta.

Com o andar do tempo e a implantação da dominação colonial, de pontos de chegada as bases coloniais transformam-se também em pontos de partida: partida dos homens moçambicanos exportados como força de trabalho para as Américas, partida do nosso ouro, partida das nossas riquezas naturais pilhadas, partida dos nossos produtos conseguidos à custa da exploração desenfreada do nosso Povo.

Nasce assim as cidades belas, as vivendas e as avenidas e os grandes imóveis, são grandes e são altos quanto a miséria e o sofrimento daqueles cujas mãos os construíram. Cidades que são um produto e ao mesmo tempo o símbolo do colonialismo mais retrógrado, mais desumano, mais racista que jamais existiu.

Mas a cidade como cada um dos seus prédios, também não existe sem alicerces. Esses alicerces são as mãos, são os corpos dos moçambicanos que os construíram; são as mãos, são os corpos, são a consciência de todo o Povo moçambicano.

E pela acção dessas consciências, desses corpos, dessas mãos, voltam à posse legítima dos seus donos.

Com o derrube do colonialismo o Povo recupera a Pátria. Com a proclamação do Presidente Samora Machel em 3 de Fevereiro de 1976, o Povo retoma a cidade.

Senhores delegados,

Se as cidades deixaram de ser dos colonos para ser do Povo é lógico que já não nos sirvam pois, a sua organização e as estruturas foram criadas para servir os colonos, e portanto dos colonos a higiene dos colonos,

prender, importa analisar, ainda que brevemente, a origem das Câmaras Municipais.

As Câmaras Municipais surgem na estrutura colonial, como estruturas especiais, à margem da estrutura normal do poder colonial.

De um lado, existe a Administração Civil que se ocupa de administrar os moçambicanos de os controlar, de os recrutar para o trabalho forçado.

Mas nas cidades, feudo dos colonos, e para os servir cria-se a estrutura da Câmara Municipal.

As Câmaras Municipais são a reprodução das estruturas surgidas durante a luta de classe capitalista nascente na Europa contra o feudalismo.

Fruto do fervor igualitário da luta contra o despolismo aristocrático elas possuem na sua origem um conteúdo democrático. Elas procuram envolver os cidadãos na discussão dos seus problemas.

A sua transposição para as colónias, tem uma certa lógica se as vemos como estruturas exclusivamente reservadas para os colonos. Mas, mesmo aí, cedo o Estado fascista limita a liberdade e participação dos próprios colonos, pelo que as Câmaras perdem, ou nunca chegam a ter, um carácter democrático e electivo nem sequer para o pequeno grupo que originariamente deviam servir. Os seus dirigentes passam a ser colonialistas de confiança nomeados.

Subsistem, assim, as Câmaras como simples unidades de prestação de serviços urbanos nos aglomerados populacionais onde existem colonos.

É mais um paradoxo da lógica do colonialismo que escassas centenas de colonos justifiquem a criação de uma Câmara, com serviços de urbanização, esgotos, ruas, passeios e recolha de lixo enquanto que os aglomerados de milhares de moçambicanos que os circundam não têm esse direito.

Esta é uma das primeiras características de Câmara colonial no nosso País — a sua natureza colonial, isto é, existir para servir colonos.

A segunda característica da Câmara colonial deriva da natureza capitalista do sistema. A Câmara é, assim, uma estrutura que se ocupa apenas da recolha do lixo, dos esgotos, da construção dos passeios e arruamentos dos jardins e, podemos ainda acrescentar, para sermos exactos, ocupa-se também das licenças de cães e bicicletas.

As Câmaras não se ocupam com o conjunto da vida das cidades nem com as necessidades económicas, sociais e culturais dos seus habitantes.

Todos estes aspectos são deixados ao interesse, à iniciativa, à conveniência dos capitalistas, isto é, estão condicionados aos interesses dos capitalistas de obterem lucros em qualquer uma destas actividades.

Isto explica, entre outros a estranha e desigual distribuição dos pontos de abastecimento: podemos encontrar três ojas do mesmo ramo ligadas umas às outras e a seguir andar quilómetros dentro da cidade sem encontrar outra loja idêntica.

Finalmente, a cidade colonial distingue-se pelo seu carácter parasitário, cidade de colonos, cidade de exploradores, ela consome mas não produz.

É esta cidade que constitui um bastião do inimigo, fortaleza do seu poder político, quartel-general da exploração, e ao mesmo tempo forja na qual se procura moldar os moçambicanos aos valores de cultura colonial portuguesa.

Senhores delegados,
Senhoras e senhores:

Não há instrumentos neutros, não há estruturas neutras.

A nossa experiência ao nível das cidades prova mais uma vez esta verdade. A nossa experiência proveu a incapacidade das estruturas das Câmaras de servir a população das cidades, de prover às suas necessidades políticas, económicas, sociais e culturais.

Concebidas, à origem, para servir uma pequena minoria e uma pequena zona do que actualmente constitui a cidade cedo as câmaras demonstraram que o seu esquema organizativo, isto é, a chamada autonomia e o seu carácter não democrático estavam ultrapassados perante as necessidades da fase actual. Isto porque, por um lado, com a independência, as cidades já não são mais concebidas como a parte do cimento mas passa a ser considerada cidade todo o aglomerado populacional nele existente, incluindo os chamados subúrbios. (suburbo, isto é, subcidade).

A esmagadora maioria da nossa classe operária, força dirigente da revolução vive e trabalha nas cidades. Nelas, outros trabalhadores, intelectuais revolucionários e patrióticos identificados com a classe operária aliada ao campesinato, engajam-se nas tarefas da reconstrução nacional.

As cidades são unidades territoriais organizadas onde vive a população em alto grau de concentração. As cidades são um centro político, económico e cultural.

A cidade nasce do desenvolvimento da produção organizada, o seu aparecimento reflecte a concentração de pessoas que corresponde a níveis mais altos de organização da produção.

A colectivização progressiva do processo de produção deverá conduzir necessariamente ao aparecimento constante de novas cidades nascidas das fábricas, dos grandes complexos agro-industriais e químicos, da pesca colectiva, estatal ou cooperativa, de todos os sectores da produção.

Organizar a vida da população das cidades é por isso uma condição para consolidar a consciência colectiva nascida no local de trabalho, no processo de produção. Não se pode ser revolucionário no local de trabalho e individualista no local de residência.

A mentalidade socialista, o Homem Novo têm de ser forjados ao mesmo tempo e local de trabalho e ao nível do bairro.

As cidades geram, por outro lado, constantes necessidades que importa solucionar: nas cidades existem crianças, jovens e adultos que importa alfabetizar e escolarizar. Há doenças a combater, organizando a participação popular. É necessário ao mesmo tempo combater os valores culturais do colonialismo e da burguesia e implantar os novos valores da Revolução, organizar os tempos livres de forma sã e educativa promovendo a cultura popular, o desporto, os centros recreativos.

E ainda nas cidades que estão radicados os órgãos de direcção do Partido e do Estado ao nível central e provincial, pois elas são ou a capital do País no caso de Maputo, ou capitais de província.

As cidades devem assim reflectir fielmente, devem viver a nossa revolução. Devem ser uma base onde se edifica e consolida a revolução democrática popular em estreita unidade com o campo. Elas têm um papel fundamental. A sua organização e a elevação da participação democrática da população na resolução dos problemas da cidade é uma questão fundamental na presente fase da consolidação das nossas conquistas.

Faz-se sentir por isso a necessidade de uma estrutura que se ocupe da resolução do conjunto dos problemas da população. Esta necessidade fez-se sentir com força quando

da primeira crise de abastecimento que demonstrou a inexistência de estruturas ao nível da cidade, capazes de organizarem a solução deste problema. Revelam-se ainda, ultrapassadas as Câmaras porque, não possuindo uma base democrática, encontram dificuldade em conhecer os problemas do Povo, em apoiar-se no Povo, na mobilização e iniciativa populares para a busca das soluções correctas.

Fase a estas insuficiências das Câmaras, a população orientada pelo Partido tem vindo a procurar solução no seio dos Grupos Dinamizadores.

Senhores Delegados
Senhoras e Senhores

Com a adopção da lei eleitoral e a criação das Assembleias do Povo dá-se mais um passo decisivo para encontrar as estruturas populares e democráticas que possam dirigir a vida da população da cidade.

As Assembleias do Povo são órgãos de decisão, de execução e controlo. A unidade do poder, o centralismo democrático e a dupla subordinação são os pilares em que

assentam o seu funcionamento. Elas visam promover o progresso social dos trabalhadores, através da consolidação da ordem e da disciplina revolucionárias da contínua elevação da produção e da produtividade. Elas apoiam-se na mais ampla participação popular para a realização das tarefas de Estado.

As Assembleias de Cidade, em particular, devem dedicar-se à solução dos problemas concretos da vida da população das cidades. As dificuldades no abastecimento de água e electricidade, as dificuldades no abastecimento de géneros alimentícios, a falta de escolas, centros sanitários e centros recreativos e desportivos, são alguns dos problemas que devem preocupar as nossas Assembleias e seus Conselhos Executivos.

É assim que nascem as Assembleias de Cidade nas dez capitais provinciais do nosso País, incluindo Maputo, a capital do País.

Com elas passa então a existir a base que vai permitir passar à extinção das Câmaras e à criação de estruturas de tipo novo, ligadas à Assembleia da Cidade, dedicadas à solução do conjunto dos problemas dos habitantes da cidade e devidamente subordinadas e articuladas com as estruturas do escalão superior. É assim que são criados os Conselhos Executivos de Cidade.

Quais são os problemas que enfrentamos hoje nas cidades?

O primeiro problema e o mais importante, dadas as suas repercussões, é o do afluxo constante das populações do campo às cidades. Em consequência disso, as cidades crescem desmesuradamente, perdem a sua dimensão lógica e criam novos problemas dos quais passaremos a referir alguns:

— irregularidade no abastecimento de géneros, o que provoca bichas nas lojas e insuficiência de géneros;

— especulação e açambarcamento de produtos, originados pela falta de géneros em quantidades suficientes e falta de escrúpulos de alguns comerciantes e outros cidadãos;

— falta de água canalizada (ou insuficiência de abastecimento), assim como de electricidade e transportes colectivos;

— aumento do desemprego e sobemprego, acarretando problemas sociais tais como: prostituição, banditismo, roubos e outros.

— lixo à porta das cidades, poderemos dizer em alguns casos já dentro das cidades e o lixo das casas e arruamentos que não é recolhido correctamente e em tempo, para além de não haver uma participação constante e activa dos habitantes das cidades nesse trabalho (em especial nas zonas de cimento);

— existência de recursos financeiros limitados para suprir as necessidades da cidade e seus bairros;

— inexistência de zonas verdes em redor das cidades, que poderiam alimentar com a sua produção os habitantes da cidade, eliminando-se deste modo a actual dependência total da cidade em relação ao campo;

— má delimitação das cidades, o que dificulta a definição de competência dos serviços estatais que as servem;

— insuficiência de actividades recreativas para a ocupação dos tempos livres e satisfação das necessidades culturais dos habitantes das cidades;

A situação herdada do colonialismo traduz-se para cada cidade em problemas específicos.

Pelo seu exemplo externo passaremos a referir em particular a cidade de Maputo que, devido à sua dimensão representa o caso mais nítido de oposição cidade-cimento e cidade-canção. Maputo desenvolveu-se essencialmente no base do Porto e dos Caminhos de Ferro, criadas para consolidar e desenvolver e poder económico da classe dominante e servir o país do «apartheid». A cidade ultrapassou os limites inicialmente previstos, saltando e vale do Infante e quase atingindo hoje, já, em termos habitacionais a Matola e a Machava.

Em Maputo os problemas do abastecimento de géneros, de água e de electricidade são graves e constituem factores de agravamento das condições de vida de largos milhares de elementos da população.

Com uma população que ultrapassa um milhão de habitantes, o Grande Maputo possui apenas cerca de 350 000 pessoas que constituem a mão-de-obra produtiva. Daí o desemprego crónico, o subemprego, o banditismo, a prostituição, o alcoolismo, o ócio e outros males que importa combater, por forma a transformá-la numa cidade nova ao serviço da revolução democrática popular, rumo ao Socialismo.

Importa por isso, debruçarmo-nos sobre os problemas das nossas cidades, em termos organizativos, em termos de estruturas é certo, mas, também, sobre os problemas concretos de abastecimento, de água, electricidade e de saneamento. Estudarmos em conjunto a forma de os ultrapassar, contando sempre com a participação e iniciativa criadora das massas trabalhadoras e das populações das cidades.

Referimos anteriormente que a movimentação crescente das pessoas do campo para a cidade, na procura de novas perspectivas de vida e de trabalho, tem aumentado a força de trabalho disponível nas cidades. No entanto, esta força de trabalho, porque desengatada não está a ser utilizada, não é produtiva. Há desemprego ou má utilização.

É fundamental mobilizar e organizar toda a população das cidades, tornando-a uma força produtiva e socialmente útil. E precisa que todos tenham tarefa, todos trabalhem.

Para isso é necessária uma destruição completa das estruturas coloniais e a eliminação da mentalidade que as acompanha, assegurando uma direcção estatal e uma nova organização da população que vive e trabalha nas cidades.

O abastecimento à população das cidades em bens de primeira necessidade erige a reorganização dos actuais circuitos de comercialização e a criação de novos sistemas de distribuição dos bens à população. Neste sentido, temos durante esta reunião, analisar e estudar experiências específicas já em curso em algumas cidades e em alguns bairros.

A planificação e o controlo do movimento de pessoas do campo para a cidade, de acordo com as necessidades do desenvolvimento e da produção no País, à medida da capacidade das cidades e suas infra-estruturas de habitação, água, esgotos, transportes e outras, são aspectos importantes a consolidar. Igual-

mente, é fundamental a organização da produção e da vida nas zonas verdes e em redor das zonas urbanizadas e subúrbios, formando-se a chamada cintura verde da cidade.

A criação das zonas verdes em redor das cidades, e a organização das populações citadinas em bairros comunais, são a linha estratégica fundamental definida pelo Partido e pelo Presidente da Frelimo e Presidente da República, Samora Moisés Machel.

E através da sua materialização que resolveremos alguns dos principais problemas das cidades, nomeadamente quanto à organização de novas relações sociais, e à contribuição da própria população das cidades para o seu próprio abastecimento.

É ao mesmo tempo uma forma de dar base económica à vida colectiva nos bairros comunais e uma das formas de contribuir para a resolução do problema do desemprego.

A realização deste objectivo implica ainda que reorganizemos territorialmente as cidades com base numa nova concepção sobre a sua área ou extensão. Isto é, devemos definir critérios de base para uma nova divisão administrativa da cidade, radicalmente diferente da do «foral» da ex-Câmara Municipal.

Esta nova divisão incluirá a actual zona urbanizada da cidade mais os chamados subúrbios e a zona rural cuja população produz para a cidade, trabalha nela e nela se abastece ou trata normalmente dos seus problemas ou dificuldades.

Os Conselhos Executivos devem dirigir não só os serviços urbanos (salubridade, esgotos, lixos, mercados, matadouros, arruamentos, etc.), mas também a produção industrial agrícola, o comércio, o abastecimento, as escolas, os centros de saúde e outras actividades de interesse da cidade e dos seus habitantes. Eles devem apoiar directamente o desenvolvimento são e racional dos Bairros, de modo a que a população se organize voluntariamente e, com o apoio do Grupo Dinamizador do Bairro, resolva os problemas que enfrenta.

Em resumo, e recordando as palavras do Presidente Samora Machel a este respeito e aqui citadas, devemos dizer que os Conselhos Executivos de Cidade existem para, e têm como tarefa resolver os diversos problemas que afectam a população das cidades, desde o abastecimento à Cultura, desde a limpeza, à criação de cooperativas, desde a prestação de serviços até a quaisquer necessidades que sinta a população.

Vemos, assim, que de acordo com as palavras de Sua Excelência o Presidente Samora Machel, a extinção das Câmaras Municipais,

longa de significar a eliminação de serviços úteis à população das cidades, significa a criação de estruturas com mais amplas funções e com mais capacidade para as realizar porque possuidoras de uma base democrática.

Vimos atrás que a autonomia das Câmaras havia sido fortemente limitada pelo colonial-fascismo. No entanto, subsistia uma autonomia de gestão administrativa que se traduzia pelo facto de os serviços dependentes das Câmaras funcionarem desligados de estruturas superiores. Um dos exemplos é o do abastecimento de água, a fim energia eléctrica, em que como resultado do facto de as Câmaras decidirem autonomamente, temos no nosso País dezenas de equipamentos diferentes de origens e tecnologias as mais variadas, a maior parte dos quais, actualmente parados por falta de peças e falta de assistência técnica. Uma situação semelhante verifica-se a nível do transportes urbanos, onde cada Câmara organizava (podemos dizer, em certos casos não organizava) tais serviços adquirindo equipamento onde melhor lhe conviesse ou mais provavelmente onde as «comissões» para os Presidentes das Câmaras eram mais choradas.

A fim de pôr cobro a esta situação, as primeiras medidas tomadas foram no sentido de desanexar estes, dos serviços das Câmaras e colocá-los na dependência dos Ministérios respectivos.

Importa fazer o balanço desta experiência, para saber se ela deve terminar onde está.

Creemos que por nossa parte, agora com a estruturação dos Conselhos Executivos, os Ministérios para onde foram afectados estes serviços devem agora criar as Direcções respectivas ao nível da cidade, funcionando segundo o princípio da dupla subordinação.

De contrário, se estes Serviços ficarem exclusivamente dependentes dos Ministérios, funcionarão desligados das estruturas da Cidade; faltar-lhes-á a indispensável sensibilidade e controlo populares que só é possível com uma inserção real e orgânica do serviço na comunidade que serve. O caso dos machimbombos e das paragens no Maputo é disso clara ilustração.

No caso particular da electricidade pensamos que se a produção e distribuição em termos gerais devem ser da competência das estruturas centrais sobretudo num país como o nosso, já a sua comercialização e distribuição ao nível da cidade devem competir a uma entidade subordinada à empresa nacional de Electricidade é certo, mas a criar ao nível da cidade e integrada no aparelho estatal do seu Conselho Executivo.

Senhores delegados,
Senhoras e senhores:

Um dos objectivos da nossa reunião é justamente a estruturação do Conselho Executivo, a determinação de como deve ser o aparelho estatal do Conselho Executivo, isto é, das Direcções que, correspondendo aos diversos ramos da actividade do Estado devem existir ao nível da cidade, e quais as competências que devem ter em relação às estruturas provinciais e centrais, de modo a que eles sejam capazes de enfrentar as tarefas políticas e organizativas de produção, de comércio e abastecimento, no domínio de educação, saúde, desporto, assistência social, saneamento, transporte, trânsito, habitação, ordem e segurança populares e serviços urbanos.



Falta de água, um dos grandes problemas dos bairros de caniço

Tratar-se-á, no decurso dos nossos trabalhos de definir o número de Direcções a estabelecer consoante as várias cidades, assim como definir as prioridades da sua criação em função das nossas capacidades em recursos humanos e materiais.

Vemos, assim, que os Conselhos Executivos têm um âmbito de acção e uma natureza profundamente diferentes do das Câmaras: no que respeita às pessoas que servem, no que respeita às necessidades que visam satisfazer mas,

sobretudo, pelo seu carácter democrático, por constituírem órgãos executivos de estruturas democraticamente eleitas.

A muitas pessoas poder-se-á pôr a pergunta: mas se já neste momento temos dificuldades em resolver os problemas mais urgentes de salubridade pública, o problema dos esgotos, pois estas tarefas aumentaram por ter aumentado a população e por ter já aumentado a área das cidades, por ter diminuído o equipamento e inclusive dispormos neste momento de menos técnicos, como então nos lançarmos em novas e mais vastas tarefas?

A resposta a esta pergunta encontra-se justamente no facto de que os Conselhos Executivos não são as velhas Câmaras com um novo rótulo. Dirmos que os Conselhos Executivos serão capazes de resolver estas ta-



refas se funcionarem efectivamente como órgãos das Assembleias.

Isto implica por um lado que os deputados assumam profundamente as suas tarefas, conheçam os problemas concretos e as necessidades da população e as propostas que esta faz para a sua solução.

Isso só será possível se os deputados estiverem empenhados no trabalho no seio das estruturas ao nível dos locais de trabalho e de residência.

O deputado não pode conhecer os problemas e encontrar solução para eles, pensando sozinho.

Deste ponto de vista aos Grupos Dinamizadores dos bairros compete um papel decisivo.

Os Grupos Dinamizadores nasceram durante o período de transição com a tarefa de dinamizar a vida política e elevar a consciência política da população. Têm desempenhado um papel decisivo na consolidação da consciência patriótica e cívica dos cidadãos. Têm frustrado acções de sabotagem e de diversão empreendidas pelo inimigo contra a nossa Independência e o nosso Poder.

Durante o período de transição e já depois da Independência, os Grupos Dinamizadores têm constituído a vanguarda popular no combate à reacção, à sabotagem económica, aos boatos e à infiltração inimiga, ao bandidismo. Dirigem a vida do Povo nos bairros da cidade, resolvendo democraticamente os seus problemas políticos, económicos e sociais. Têm promovido o desenvolvimento da cultura popular. Eles foram um meio eficaz de extensão do poder popular às zonas anteriormente ocupadas pelo colonialismo.

Mais que tudo, os Grupos Dinamizadores constituíram uma estrutura do próprio exercício do poder popular em todos os sectores da sociedade, impondo a ditadura democrática e popular das largas massas à infima minoria de exploradores.

Ao nível dos bairros, os Grupos Dinamizadores têm constituído uma força poderosa de organização e de resolução dos problemas das populações. Engajando o Povo na resolução dos seus problemas, os Grupos Dinamizadores constituíram uma verdadeira escola de exercício da democracia popular e vem formando quadros que hoje servem com zelo e dedicação, o Partido, o Estado e as Organizações Democráticas de Massas.

Em resumo: podemos dizer que os Grupos Dinamizadores até o momento actual assumiram as tarefas do Partido e tarefas gerais da população que podemos qualificar como tarefas estatais ou pelo menos como tarefas próprias de uma verdadeira administração popular.

Com a Estruturação do Partido nos locais de trabalho os Grupos Dinamizadores vão cessando de existir à medida que são criadas células do Partido. Salientamos no entanto que eles devem continuar a trabalhar enquanto não houver célula do Partido. A célula do Partido nascerá justamente do Grupo Dinamizador.

Nos locais de residência, o 3.º Congresso decidiu que deveriam ser criadas Associações de Moradores encarregadas de organizar a população na resolução dos seus próprios problemas.

A Direcção do Partido decidiu que, tendo em conta o valor histórico e as contribuições dos Grupos Dinamizadores, estas Associações se chamarão Grupos Dinamizadores. Quer isto dizer que os Grupos Dinamizadores a partir de agora nos bairros já não aparecerão como estrutura do Partido. São, é certo, uma estrutura política porque tudo é político. Mas não são estruturas do Partido.

Ao nível do bairro haverá também uma estrutura do Partido composta por militantes escolhidos e admitidos por processos semelhantes ao da Estruturação do Partido. Há também nos bairros os militantes do Partido que já estão integrados nas células dos locais de trabalho.

Será esta estrutura do Partido que terá a tarefa de orientar politicamente o Grupo Dinamizador de forma a garantir o papel dirigente da Frota como Partido de Vanguarda no Estado e na Sociedade.

Mas o Grupo Dinamizador aparece, assim, de forma mais clara como uma estrutura da população em geral que realiza no âmbito do bairro os objectivos das Assembleias de Cidade e seus Conselhos Executivos.

O Grupo Dinamizador do Bairro deve, por isso, organizar a população no bairro, identificar os problemas, buscar a solução que for possível encontrar ao nível do bairro e canalizar para a Assembleia da Cidade e seus Conselhos Executivos os problemas que ultrapassem as capacidades dos bairros. Deve, por outro lado, implementar, e sempre sob a orientação da estrutura do Partido ao nível do bairro, as orientações superiores da Assembleia da Cidade e seus Conselhos Executivos.

Cremos que muitos problemas que neste momento se acumulam sem solução devem-se ao facto de não existir uma relação orgânica e frequente entre o Grupo Dinamizador e as estruturas estatais da Cidade. Lá, onde ela já existe vemos que os problemas são solucionados com mais rapidez, facilidade e correcção.

Deveremos também, no momento em que iniciamos esta nova fase de organização dar maior atenção aos métodos de trabalho no seio dos Grupos Dinamizadores de forma a garantir, de forma contínua um alto nível de participação popular.

Em particular importará definir com antecedência a programação das reuniões populares, a sua natureza, ordem do dia e duração e garantir sempre a sua preparação cuidada.

Gostaríamos, ainda de referir dois problemas que apareceram com força no decurso dos trabalhos preparatórios desta Reunião: um, que à primeira vista parece meramente técnico e que é o da dimensão dos bairros e seu aglomerado populacional. Encontramos bairros com cerca de 2 000 habitantes, bairros com 15 a 20 mil habitantes e chegamos a encontrar bairros com uma população estimada em 60 000 habitantes.

Ora as estruturas do Grupo Dinamizador só estão em condições de funcionar, dada a sua natureza, se conseguirem engajar directamente a população na organização e solução dos seus problemas.

Isto exige que a dimensão do bairro proporcione ao mesmo tempo a unidade entre os seus habitantes, a comunidade na busca de soluções e a capacidade das estruturas em acompanhar globalmente a situação da área do bairro e dos seus habitantes. Se o bairro for demasiado extenso, como acontece, em muitos casos, o Grupo Dinamizador ficará com uma estrutura muito distante dos problemas e sem os pés na terra. Recolhendo por isso as propostas feitas durante a preparação da Reunião, devemos no decurso dos nossos trabalhos, preocuparmos com a definição dos critérios, incluindo indicações em termos de área e populações que nos devem guiar na acção de redivisão dos bairros a empreender logo após a realização desta Reunião Nacional.

A este respeito deve merecer também a nossa atenção a situação particular de desmobilização que existe em muitos bairros da chamada cidade do cimento. Verifica-se que muitos moçambicanos que eram militantes activos no seio dos Grupos Dinamizadores quando habitavam no chamado subúrbio, deixam de o ser quando mudam para a cidade do cimento.

Não devemos permitir que o estilo de vida individual da cidade de cimento colonial nos corrompa. Pelo contrário, ao ir para o cimento não nos devemos deixar inferiorizar ou ganhar pelos complexos, devemos levar, valorizar e difundir a experiência colectiva que vivíamos nos nossos bairros, trabalhar com os elementos bons do novo bairro para dinamizar a vida colectiva.

Não poderíamos, no entanto, deixar de saudar os sucessos obtidos em alguns dos bairros da cidade de cimento e o caminho que eles têm feito na liquidação do individualismo e na criação de boas relações sociais de tipo novo. Ao mesmo tempo definir a nomenclatura da ou das divisões territoriais a existir no seio do bairro, pois que

as designações de Círculos e Células são designações que correspondem às estruturas do Partido e não a áreas geográficas.

O segundo aspecto que importa citar é o de que é necessário definir de forma clara e rigorosa as competências administrativas e jurídicas que devem caber aos Grupos Dinamizadores, isto é, os poderes legais que lhe compete exercer e seus limites, enquanto verdadeiro órgão de administração popular. De particular importância é o estabelecimento do tribunal popular de bairro, já previsto na Lei da Organização Judiciária.

Senhores Delegados
Senhoras e Senhores

O bom funcionamento dos Grupos Dinamizadores determinará a existência ou não do bairro comunal.

Como os nossos dirigentes do nosso Partido e Estado têm dito repetidas vezes a Aldeia Comunal ou o Bairro Comunal não é o simples alinhamento ou agrupamento de casas.

Os Bairros Comuns constituem uma forma superior de organização da população das cidades. Ali, a população organiza-se em moldes colectivos de vida e de trabalho. Nelas, a população tem de ter necessariamente uma organização económica colectiva, constituída as mais das vezes, por cooperativas de produção de consumo, nomeadamente: de produção hortícola, de animais de pequena espécie, de artesãos, carpinteiros, sapateiros, alfaiates e outras profissões.

Os habitantes dos Bairros Comuns devem assumir tarefas públicas e organizativas, na produção e no abastecimento, alfabetização, educação e desporto, saúde, saneamento do meio, ordem, segurança e higiene. Assim será nos Bairros Comuns, que se estabelecerão novas relações sociais, se forjará uma nova vida nas cidades e se consolidará o poder das classes trabalhadoras.

A este respeito devemos discutir nesta Reunião o papel que as Organizações Democráticas de Massas nomeadamente a OMM e a OJM devem desempenhar na edificação dos bairros comuns com base numa proposta de tarefas concretas.

A Juventude mereça talvez um relevo particular porque ela é nas cidades um centro de luta. Como o Camarada Presidente definiu na Conferência da Organização da Juventude Moçambicana, é o centro de disputa. No seu seio se defrontam os novos e os velhos valores tanto sociais como culturais, morais e económicos.

Esse conflito que se manifesta por vezes através de choques entre gerações, manifestações e liberalismo e contradições sociais é, na verdade, uma faceta da luta de classes no nosso País. Devemos por isso dar uma atenção maior ao problema dos jovens em geral, e em particular nas cidades, apoiá-los na organização da sua vida, criar condições para que os seus tempos livres sejam preenchidos de forma alegre, saudável e construtiva. O desporto, como escola de vida colectiva, as actividades de voluntariado, as excursões e visitas organizadas têm um papel enorme a desempenhar.

É a organização comunal, organização colectiva que permitirá resolver progressivamente os muitos problemas que enfrentamos nas nossas cidades, desenvolver a iniciativa popular, elevar constantemente a consciência política de cada habitante.

É esta acção que permitirá fazer das cidades, ontem bastiões do inimigo e monumento aos seus valores, uma força decisiva da Revolução.

A organização das cidades não é pois, uma questão simplesmente técnica e organizativa: é uma questão de estratégia política fundamental para o triunfo do socialismo.

No nosso Estado de Democracia Popular, os habitantes das cidades já não são os capitalistas, os burgueses, os parasitas. Os habitantes das nossas cidades são operários, são trabalhadores, são construtores, são combatentes do futuro e da Revolução.

Façamos por isso, deste ano de 1979, que Sua Excelência o Presidente da Frente, Presidente da República Popular de Moçambique, Samora Moisés Machel definiu como ano de consolidação das nossas conquistas e das nossas vitórias, um ano de ainda maiores avanços na organização das nossas cidades, na criação dos Bairros Comuns, bairros do Povo organizado, quer dizer, na criação de cidades vermelhas.

Eslaremos assim a dar um passo na consolidação da democracia na institucionalização cada vez mais profunda do Poder Democrático Popular, no avanço da consciência de cada cidadão que torna irreversível o processo da Revolução.

Desejamos a todos bom sucesso nos trabalhos.

A LUTA CONTINUA!

A REVOLUÇÃO VENCERÁ!

O SOCIALISMO TRIUNFARÁ!